



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002020-10.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**  
 Embargado: **Eloi Bernardes do Amaral**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS opõe embargos à execução que lhe move ELOI BERNARDES DO AMARAL, alegando excesso de R\$ 298,75 na execução, oriundo da aplicação de juros de 1% pelo exequente-embargado, enquanto que o título executivo determinou a incidência de juros de 0,5%.

O embargado ofertou impugnação (fls. 27/28) sustentando que aplicou juros de 0,5% e não 1%, de modo que seus cálculos estão corretos.

Os autos foram remetidos ao contador, que apresentou seus cálculos inicialmente com erro e, posteriormente, apresentou cálculos definitivos (fls. 46/47), sobre os quais manifestaram-se as partes (fls. 51/52, 53).

É o relatório. Decido.

Desnecessárias outras provas, julgo os embargos imediatamente.

Sem razão o embargado na manifestação de fls. 51/52, pois vemos no cálculo (retificado) de fls. 46/47, que a contadoria judicial somou aos R\$ 22.500,00 da condenação inicial o acréscimo de R\$ 8.791,00 incluído pelo acórdão, e a indenização por danos morais estabelecida no título executivo. Quanto aos mais, os índices e termos iniciais estão corretos no cálculo do contador. Não se demonstrou eficazmente a impropriedade daquele cálculo.

Ante o exposto, ACOELHO os embargos para HOMOLOGAR o cálculo de fls. 46/47, devendo incidir, a partir da data em que realizado, juros moratórios e atualização monetária, pelos mesmos índices adotados até então. CONDENO o embargado em honorários devidos pelos embargos, arbitrados por equidade em R\$ 500,00, observada a AJG.

Transitada em julgado, prossiga-se na execução, com a expedição de precatório ou RPV, conforme o caso.

P.R.I.

São Carlos, 07 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**